



**MINISTÉRIO DA EDUCACAO
SECRETARIA DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
AUDITORIA INTERNA**

PAINT 2015

INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, documento previsto na IN CGU nº 07/2006 e na IN nº 01/2007 da Secretaria Federal de Controle Interno, é um instrumento de planejamento das atividades de auditoria interna das entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal.

A Auditoria Interna do Instituto Federal Baiano, objetivando agregar valor à gestão e atender à legislação vigente do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, apresenta o seu PAINT/2015. O referido Plano aborda as ações de auditoria a serem realizadas na entidade no ano de 2015, tendo como prioridades a avaliação dos controles internos, avaliação da gestão acadêmica e acompanhamento e avaliação das políticas públicas a serem executadas pela Entidade.

SUMÁRIO

I – APRESENTAÇÃO	4
II – OBJETIVOS	4
III – A INSTITUIÇÃO	5
Apresentação	5
Objetivos	6
Cursos Oferecidos	6
IV– AÇÕES DA AUDITORIA INTERNA	11
IV.I – Gestão do Suprimento de Bens e Serviços	11
IV.II – Gestão Patrimonial	12
IV.III – Acompanhamento da Gestão Financeira	13
IV.IV – Gestão de Recursos Humanos	13
IV.V – Avaliação da Gestão Acadêmica	14
IV.VI – Avaliação dos Controles Internos	15
IV.VII – Avaliação de Gestão da Tecnologia da Informação	16
IV.VIII – Aderência aos Critérios de Sustentabilidade Ambiental	16
IV.IX – Avaliação de transferências por convênios ou instrumentos congêneres	17
V – AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA	18
VI – AÇÕES DE CARÁTER CONTÍNUO	19
VI.I – Assessoramento Técnico	19
VI.II – Implementação das Recomendações dos Órgãos de Controle Interno e Externo	19
VII - OUTRAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA	19
VII.I – Elaboração do RAINT	19
VII.II - Elaboração do PAINT	19
VIII – MATRIZ DE RISCO	20
VIII.I – Determinação do risco conforme a representatividade do valor orçamentário no programa, ação e no grupo de despesa.	20
VIII.II – Matriz de risco, conforme grau de relevância, materialidade, criticidade e trabalhos realizados nos anos de 2012, 2013 e 2014.	20

I – APRESENTAÇÃO

A Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, órgão de controle e assessoramento, subordinado administrativamente ao Conselho Superior, tem como titular Guilherme Príncipe de Oliveira Galheigo, ocupante do cargo de Auditor, nomeado pela Portaria nº150, de 23/12/2009, publicada na Seção 2, P.19, do D.O.U. De 24/12/2009. A AUDIN funciona no seguinte endereço: Rua do Rouxinol, nº 115 – Bairro: Imbuí | Salvador-BA, CEP: 41720-052, e-mail: audin@ifbaiano.edu.br.

A AUDIN do IF Baiano conta com mais um integrante, ocupante do cargo de Contador.

II – OBJETIVOS

A Auditoria Interna do IF Baiano é um órgão de assessoramento técnico ao Conselho Superior do IF Baiano, tendo como missão fortalecer a gestão e avaliar os controles internos deste Instituto, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, além de contribuir para eliminar eventual utilização indevida ou antieconômica de recursos públicos.

Os trabalhos de Auditoria em 2015 deverão ser desenvolvidos na sede da Reitoria e nos *Campi* que integram o Instituto. As atividades terão pontos de similaridade com as exercidas pelos Órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, podendo desenvolver atividades específicas, como auditorias compartilhadas e ações de especiais de controle por solicitação do Conselho Superior ou Reitor.

As atividades da Auditoria Interna consistem em:

- Assessorar os dirigentes no acompanhamento dos programas de governo, visando comprovar a execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;
- Verificar a execução do orçamento, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;
- Verificar a legalidade dos atos de gestão e examinar os resultados quanto à economicidade, eficácia, eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de recursos humanos e operacional;
- Orientar os dirigentes quanto ao cumprimento às normas legais;
- Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual e tomada de contas especiais;

- Acompanhar o desenvolvimento e a efetiva aplicação dos resultados dos processos de sindicância e disciplinares;
- Acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria Geral da União expressas no Plano de Providências, bem como o acompanhamento das recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União;
- Testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal.
- Realizar exames de conformidade, analisando a eficácia, eficiência, efetividade e economicidade da gestão em relação a padrões normativos e operacionais, expressos nas normas e regulamentos aplicáveis.
- Realizar auditorias conforme critérios de materialidade, relevância e criticidade.

III – A INSTITUIÇÃO

Apresentação

O Instituto Federal Baiano está vinculado ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e fora instituído pela Lei 11.892/2008 com sede/Reitoria em Salvador. Esse Instituto engloba as quatro antigas Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia, hoje denominadas: campus de Catu, de Guanambi, de Santa Inês, Senhor do Bonfim e Bom Jesus da Lapa e os *Campi*, Uruçuca, Itapetinga, Teixeira de Freitas, Valença e Governador Mangabeira, já em funcionamento.

A proposta orçamentária do IF Baiano para 2015 contempla os valores abaixo, por programa e ação de governo:

PROGRAMA	AÇÃO	VALOR
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	20TP.0029 – Pagamento de Pessoal Ativo da União	93.120.474
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	09HB.0029 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	16.250.000
2031 - Educação Profissional e Tecnológica	20RL.0029 – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Qtd. Físico: 9.328	62.178.435

2031 - Educação Profissional e Tecnológica	20RG.0029 – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	15.000.000
2031 - Educação Profissional e Tecnológica	2994.0029 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	9.542.154
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	0181.0029 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	5.834.465

Objetivos

Oferecer educação profissional de qualidade, pública e gratuita; em todos os níveis e modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania; contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão.

Cursos Ofertados

O IF Baiano oferta cursos de educação técnica de nível médio e de nível superior, distribuídos pelos seus 10 (dez) *Campi*, com cursos de educação tecnológica de graduação na área agropecuária, cursos de educação continuada de trabalhadores na área de informática e outros, conforme relação de cursos abaixo:

Relação de Cursos Cadastrados no SISTEC

CAMPUS	MODALIDADE	FORMA / OFERTA	CURSO
Bom Jesus da Lapa	Presencial	Subsequente	Técnico em Informática
			Técnico em Agricultura
Catu	Presencial	Integrado	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Alimentos
			Técnico em Química
		Subsequente	Técnico em Agrimensura
			Técnico em Agropecuária
			Técnico em Petróleo e Gás
	Proeja / Integrado	Técnico em Cozinha	
	Licenciatura	Química	
	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	
	A Distância	Subsequente	Técnico em Eventos
Técnico em Logística			
Técnico em Segurança do Trabalho			
Técnico em Serviços Públicos			
Governador Mangabeira	Presencial	Integrado	Técnico em Informática
		Subsequente	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
			Técnico em Alimentos
	A Distância	Subsequente	Técnico em Administração
			Técnico em Meio Ambiente
			Técnico em Segurança do Trabalho
			Técnico em Serviços Públicos

Guanambi	Presencial	Integrado	Técnico em Agroindústria
			Técnico em Agropecuária
			Técnico em Informática
		Subsequente	Técnico em Agricultura
			Técnico em Zootecnia
		Proeja / Integrado	Técnico em Informática
		Licenciatura	Química
		Bacharelado	Engenharia Agrônômica
	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	
		Agroindústria	
	A Distância	Subsequente	Técnico em Eventos
			Técnico em Meio Ambiente
			Técnico em Secretaria Escolar
Técnico em Serviços Públicos			
Itapetinga	Presencial	Integrado	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Agropecuária
		Subsequente	Técnico em Informática
			Técnico em Alimentos
	A Distância	Subsequente	Técnico em Administração
			Técnico em Alimentação Escolar
			Técnico em Eventos
			Técnico em Infraestrutura
			Técnico em Segurança do Trabalho
Técnico em Serviços Públicos			

Santa Inês	Presencial	Integrado	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Alimentos
			Técnico em Zootecnia
		Subsequente	Técnico em Informática
		Proeja / Integrado	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Alimentos
		Licenciatura	Biologia
			Geografia
		Bacharelado	Zootecnia
	A Distância	Subsequente	Técnico em Eventos
Técnico em Serviços Públicos			
Senhor do Bonfim	Presencial	Integrado	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Alimentos
		Subsequente	Técnico em Zootecnia
			Técnico em Agrimensura
			Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
		Licenciatura	Ciências Agrárias
			Ciências da Computação
	A Distância	Subsequente	Técnico em Administração
			Técnico em Alimentação Escolar
			Técnico em Eventos
			Técnico em Meio Ambiente
			Técnico em Segurança do Trabalho
			Técnico em Serviços Públicos

Teixeira de Freitas	Presencial	Integrado	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Floresta
			Técnico em Administração
		Subsequente	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Administração
			Técnico em Floresta
	A Distância	Subsequente	Técnico em Hospedagem
			Técnico em Logística
Técnico em Secretaria Escolar			
Técnico em Segurança do Trabalho			
Uruçuca	Presencial	Integrado	Técnico em Serviços Públicos
			Técnico em Logística
		Subsequente	Técnico em Guia de Turismo
			Técnico em Informática
			Técnico em Agrimensura
		Tecnologia	Técnico em Agropecuária
	Técnico em Alimentos		
	A Distância	Subsequente	Agroecologia
			Gestão de Turismo
			Técnico em Administração
Técnico em Infraestrutura			
Técnico em Logística			
Valença	Presencial	Integrado	Técnico em Segurança do Trabalho
			Técnico em Serviços Públicos
			Técnico em Agroecologia

		Subsequente	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Agropecuária
			Técnico em Meio Ambiente
	A Distância	Subsequente	Técnico em Eventos
			Técnico em Logística
			Técnico em Segurança do Trabalho
			Técnico em Serviços Públicos

Fonte: Sistec

IV - AÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

A carga horária de trabalho disponível no ano para a realização das ações de auditoria foi calculada da seguinte forma:

Metodologia de trabalho

Somatório dos dias úteis no ano	260
Dedução das férias	(30)
Dias efetivos de trabalho	230
Carga horária de 8 horas diárias de trabalho (3 servidores)	24
Carga horária disponível	5520
Número de ações de auditoria	9
Carga horária disponível por ação	613

A carga horária disponível para realização de cada ação será distribuída em auditorias *in loco*, ou seja, em cada *Campus*, e na Reitoria, conforme distribuição da carga horária disponível por ação e critérios de risco, materialidade, relevância e criticidade. De acordo com a área a ser examinada, serão utilizadas técnicas de avaliação física, conciliações, exame de registros, análise documental, conferência de cálculos entrevistas e corte de operações.

Foi considerada a perspectiva de contratação de mais um servidor para fazer parte da equipe da AUDIN no ano de 2015.

IV. I – Gestão do Suprimento de Bens e Serviços

Ação I.I.I – Auditar processos licitatórios

Escopo:

Verificação documental, circularização/ confirmação externa pelo SIASG e SIAFI, observando a conformidade com a lei 8.666/93 e com outras normatizações. Os exames serão realizados por amostragem, seguindo critérios de materialidade, relevância e grau de risco. Será verificada a regularidade das contratações para melhorias nas instalações prediais dos Campi, em atenção ao levantamento feito pela Controladoria Geral da União. Serão selecionados 30% dos processos de dispensa de licitação, 50% das tomadas de preços e concorrências, 50% das inexigibilidades e 20% dos pregões.

Origem da demanda:

Auditoria Interna

Objetivos:

Verificar a conformidade dos processos licitatórios com as normas legais vigentes, a pertinência da realização de inexigibilidades e dispensas de licitação e acompanhar a realização de obras de expansão e reformas dos Campi.

Local:

Campi/Auditoria Interna/Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Recursos Humanos

Homem/Hora: 3/120 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Avaliação sumária do risco:

Não atendimento aos limites de valor por modalidade de licitação, contratações diretas por dispensa de licitação sem pesquisa de mercado, aderir à ata de registro de preços sem consultar os preços praticados pelo mercado. Processos de contratação de serviços de engenharia geralmente possuem maior complexidade e materialidade, como tomadas de preço e concorrências.

IV. II – Gestão Patrimonial

Escopo:

Verificar ações adotadas para saneamento dos problemas nas instalações prediais levantados no Relatório Anual de Contas de 2013, com vistas a avaliar as condições da infraestrutura das Unidades. Serão verificados itens como instalações elétricas, vazamentos e infiltrações, problemas de acessibilidade, equipamentos escolares, desempenho térmico nas salas de aula. Verificar se foram encaminhadas demandas relativas aos problemas identificados em cada unidade, inclusive com apresentação de projetos já existentes, com avaliação da equipe de engenharia com vista ao atendimento dos pleitos, observando a dotação orçamentária disponível.

Origem da demanda:

Auditoria Interna

Objetivos:

Local: Campi

Recursos Humanos: 2/120 por ano.

Cronograma: Janeiro a dezembro

Avaliação sumária do risco:

Ausência de ações para suprir deficiências nas instalações prediais dos Campi, como compras de equipamentos ou contratações de serviços.

IV. III – Acompanhamento da Gestão Financeira

Ação I.II.I – Auditar processos de suprimento de fundos
--

Escopo:

Análise documental e virtual pelo SIASG e SIAFI. Verificar prazos de aplicação e prestação de contas, verificação da existência de documentos comprobatórios da despesa devidamente atestados e se são originais, da consistência das informações no Relatório de Gestão, da conformidade da instituição e da utilização dos cartões de pagamento com as disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008, da adequabilidade da estrutura de controles internos administrativos para garantir o regular uso dos cartões de pagamento. A amplitude da análise será de 50% dos processos abertos de suprimento de fundos.

Origem da demanda:

Auditoria Interna/ Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Objetivos:

Verificar a conformidade dos processos de suprimento de fundos com as normas regulamentadoras pertinentes, tendo em vista a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, a realização de saques, prestação de contas e a excepcionalidade de sua utilização.

Local:

Auditoria Interna/Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Recursos Humanos

Homem/Hora: 3/60 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Avaliação sumária do risco:

Área não relacionada com a atividade-fim da Instituição. A realização de despesas por suprimento de fundos ocorre para atender despesas eventuais de pequeno vulto, portanto, não tem relevância considerável em relação ao total da despesa orçamentária – Outras Despesas Correntes. No entanto, existem riscos quando da sua utilização, no que se refere a fracionamento de despesa, utilização da transação de saque, documentação comprobatória etc.

IV.IV – Gestão de Recursos Humanos

Ação I.IV.I – Auditar processos de recrutamento, seleção e admissão
--

Escopo:

Análise documental, exames de registros e rastreamento. Serão examinados processos de admissão, desligamento, concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade – emissão de laudos no ato dessas concessões, verificar o cumprimento das penalidades dos processos disciplinares na amplitude de 100% dos processos ocorridos no ano. As admissões terão seus processos analisados numa amplitude de 20%.

Origem da demanda:
Auditoria Interna

Objetivos:

Verificar a legalidade de admissões, aposentadorias, dos valores pagos como vencimento básico, gratificações, adicionais, indenizações, férias e margem de consignação/desconto em folha.

Local:

Auditoria Interna/Diretoria de Gestão de Pessoas

Recursos Humanos

Homem/Hora: 2/220 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Análise sumária do risco:

Documentação incompleta nos processos de admissão, impropriedades nas concessões de aposentadoria, falhas no controle da assiduidade, servidores acumulando cargos, substituições remuneradas de cargos em comissão pagas indevidamente, concessão de indenizações em inobservância às condições descritas na Lei 8.112/90. O risco envolvido é alto devido ao atendimento à extensa legislação que envolve a área de recursos humanos. A materialidade envolvida com pessoal e encargos é representada por 51,98% dos recursos do orçamento previsto para o IF Baiano em 2014.

IV.V– Avaliação da Gestão Acadêmica

Escopo:

Verificar adoção de ações visando o atingimento das metas do Termo de Acordo de Metas (TAM) firmado entre o IF Baiano e a SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e a relação com a distribuição da carga horária do docente entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Verificação da adequação da força de trabalho docente frente a matriz curricular. Verificação se as contratações de professores substitutos atendem aos critérios da Lei nº 8.745/93. Verificação da existência de procedimentos padronizados de acompanhamento e avaliação das atividades dos professores. Verificação da existência de avaliação ou estudo para implantação de novos cursos. Verificação se os sistemas informacionais estão sendo devidamente utilizados para inserção de dados e atualizados. Verificação da existência de ações para redução da evasão de estudantes. Verificação da existência de projeto pedagógico e plano de curso ou Projeto Pedagógico de Curso – PPC. Verificação se a carga horária mínima em horas estabelecida no catálogo nacional de cursos de educação profissional e tecnológica está sendo atendida. Verificar a existência de infraestrutura com condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Verificar a regularidade do atendimento à carga horária de aulas. Verificar se o conteúdo está sendo dado conforme ementa dos cursos e Projeto Pedagógico de Curso – PPC. Verificar a situação dos egressos, identificando o grau de inserção no mercado de trabalho e avaliar sua opinião em relação à instituição e o curso realizado.

Origem da demanda:
Auditoria Interna

Objetivos:

Verificar o atendimento das metas de ensino, pesquisa e extensão e o atendimento das metas estabelecidas no Termo de Acordo de Metas. Avaliar a gestão educacional no aspecto de aproveitamento da força de trabalho, existência de planejamento para implantação de novos cursos e utilização eficaz de ferramentas de gestão. Verificar o atendimento à legislação atual referente a educação profissional e tecnológica. Avaliar o resultado ou produto da atividade educacional.

Local:

Auditoria Interna/*Campi*

Recursos Humanos

Homem/Hora: 2/160 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Análise sumária do risco:

Não atendimento à distribuição de carga horária de trabalho conforme estabelecido em norma interna. Ausência de ações para o atingimento da meta estabelecida no Termo de Acordo de Metas. Contratações de professores substitutos em desconformidade com a Lei nº 8.745/93. Implantação de cursos com ausência de estudos preliminares que os justifiquem. Ausência de ações para redução da evasão escolar. Projeto Pedagógico de Curso não elaborado ou não executado. Egressos fora do mercado de trabalho. Ensino profissional distante da realidade do mercado. Baixo aproveitamento da força de trabalho docente no Instituto.

IV. VI – Avaliação dos Controles Internos

Ação I.VII.I – Avaliação da estrutura de controles internos

Escopo:

Avaliação dos controles internos administrativos, quanto à elaboração de normas e instruções internas que deverão conter os procedimentos de cada área da Instituição, de forma a subsidiar as tomadas de decisão, verificar se os controles internos estão estruturados com vistas a garantir que os objetivos estratégicos para o exercício sejam atingidos. Será verificado se há clara delimitação de responsabilidades, segregação de funções, seleção de pessoal para ocupar cargos de controle, se há rodízio de pessoal, se as tarefas estão delineadas em manuais operacionais e se há utilização de processamento eletrônico para registro de operações. Verificar a edição de normativa para aceitação de projetos de implantação de novos prédios ou Campi, indicando critérios para aceitação dos mesmos, além de verificar a revisão dos projetos existentes em estoque, inclusive nos Campi, para responsabilizar os autores dos projetos identificados com falhas.

Origem da demanda:

Auditoria Interna

Objetivos:

Garantir que os objetivos estratégicos institucionais para o exercício seguinte sejam atingidos.

Local:

Reitoria e *Campi*.

Recursos Humanos
Homem/Hora: 2/200 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Análise sumária do risco:

Não atingimento dos objetivos institucionais devido a fragilidades nos controles internos da Instituição. Falta de supervisão e atenção por parte da gerência e falha em desenvolver uma cultura de controle dentro da entidade. Falta de avaliação de riscos. Insuficiência de estruturas e atividades de controle.

IV.VII – Avaliação da Gestão da Tecnologia da Informação

Escopo:

Avaliação acerca da existência de planejamento de TI, avaliação acerca das ações de TI voltadas para melhorias da eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão como a criação de softwares para a gestão acadêmica. Verificar a adequação da infraestrutura de TI nos Campi às necessidades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão. Verificar a capacidade da DGTI para o desenvolvimento e produção de sistemas, inclusive quanto ao quantitativo adequado de servidores.

Origem da demanda:

Auditoria Interna

Objetivos:

Verificação da existência de alinhamento da gestão de TI com os objetivos Institucionais.

Local:

Reitoria e *Campi*.

Recursos Humanos

Homem/Hora: 2/200 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Análise sumária do risco:

Ausência de ações de TI para criação e desenvolvimento de softwares que permitam maior eficiência e eficácia nos processos educacionais. Estado precário de infraestrutura de TI nos Campi.

IV.VIII – Aderência aos Critérios de Sustentabilidade Ambiental

Escopo:

Avaliação objetiva acerca da aderência da UJ aos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, bem como sobre informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados, em observância, respectivamente, à Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e ao Decreto nº 5.940/2006.

Origem da demanda:

Auditoria Interna

Objetivos:

Verificação da aderência da UJ aos critérios de sustentabilidade ambiental

Local:

Reitoria e *Campi*.

Recursos Humanos

Homem/Hora: 2/200 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Análise sumária do risco:

Ausência de aderência da UJ aos critérios de sustentabilidade ambiental, incorrendo em danos ambientais ou externalidades negativas.

IV.IX – Avaliação de Transferências por Convênios ou Instrumentos Congêneres

Escopo:

Verificação da consistência das informações prestadas pela UJ no relatório de gestão sobre esse tema, o volume de recursos transferidos pela UJ comparado à quantidade de termos vigentes no exercício de referência, a situação da prestação de contas pelos agentes recebedores dos recursos, a observância pela UJ das exigências previstas nos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a estrutura de controles da UJ concedente/contratante para garantir o alcance dos objetivos definidos nos respectivos instrumentos, analisar a prestação de contas, realizar as fiscalizações da execução do objeto da avença, inclusive por intermédio de verificações físicas e presenciais. Verificar, se for o caso, a conformidade do chamamento público com o disposto no parágrafo único do art. 4º e art. 5º do Decreto nº 6.170/2007, caso a unidade jurisdicionada tenha se utilizado da prerrogativa de que trata o caput do art. 4º do Decreto nº 6.170/2007. Verificar a qualidade e a completude das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres inseridas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309, de 09/08/2010.

Origem da demanda:

Auditoria Interna

Objetivos:

Verificar a regularidade dos termos de cooperação ou de instrumentos congêneres.

Local:

Reitoria e *Campi*.

Recursos Humanos

Homem/Hora: 2/200 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Análise sumária do risco:

Ausência do atingimento dos objetivos dos termos de cooperação, desvio na utilização de recursos dessas avenças, ausência de prestação de contas, prestação de contas em desacordo com o realizado ou executado.

V – AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

As ações definidas para capacitação dos auditores foram definidas com a intenção de proporcionar conhecimento técnico na realização das ações de auditoria, listadas no item IV deste PAINT. A realização de treinamentos ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e aprovação do Dirigente Máximo da Instituição.

A presença de pelo menos 1 (um) auditor interno na Instituição será preservada durante os cursos de capacitação, sendo previsto que para o ano de 2015 a AUDIN contará com 3 servidores e a participação nos cursos deverá ser no máximo 2 servidores. Será priorizada capacitação nas áreas de recursos humanos, licitações e contratos e execução orçamentária e financeira, nesta ordem, conforme a oferta de cursos.

Ação	Origem da demanda	Justificativa	Cronograma	Local de realização	Nº horas dos Recursos Humanos
Participação no FONAI/MEC	MEC/ AUDIN	Capacitação e troca de experiências entre os auditores internos do MEC	Maio a novembro, semestralmente	A definir	2 servidores por encontro /treinamento – 160 horas
Curso de execução orçamentária e financeira e contábil	AUDIN	Capacitação da equipe	Janeiro a Dezembro, conforme a oferta	A definir	2 servidores – conforme carga horária do curso
Curso de licitação em obras e serviços de engenharia	AUDIN	Capacitação da equipe	Janeiro a Dezembro, conforme a oferta	A definir	2 servidores – conforme carga horária do curso
Curso de Gestão de Recursos Humanos	AUDIN	Capacitação da equipe	Janeiro a Dezembro, conforme a oferta	A definir	2 servidores – conforme carga horária do curso
Curso de Gestão e fiscalização de contratos e convênios	AUDIN	Capacitação da equipe	Janeiro a Dezembro, conforme a oferta	A definir	2 servidores – conforme carga horária do curso
Fortalecimento da unidade de auditoria interna	AUDIN	Reavaliação da regulamentação interna da AUDIN	Janeiro a Março	AUDIN	1 servidor – 30 horas

VI – AÇÕES DE CARÁTER CONTÍNUO

Ação VI.I: Assessoramento Técnico

Objetivos:

Consecução dos objetivos institucionais e dos Programas de Governo, na medida em que a auditoria interna pode e deve fazer recomendações, auxiliando o Reitor da Instituição nas tomadas de decisões.

Período de Execução:

Janeiro a Dezembro.

Ação VI.II: Implementação das Recomendações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

Objetivos:

Assessorar o Gestor no atendimento às recomendações da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

Período de Execução:

No decorrer do ano.

Objetivos:

Tomar conhecimento dos julgados do TCU, obter conhecimento de como interpretar a legislação vigente sob a ótica do TCU e dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal e prover os gestores de conhecimentos específicos nas diversas áreas da gestão pública.

Período de Execução:

No decorrer do ano.

VII – OUTRAS AÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

Ação VII.I: Elaboração do RAINT

Objetivos:

Elaborar Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT, referentes às atividades da Auditoria do exercício de 2015.

Período de Execução:

Nos meses de outubro de 2015 a janeiro de 2016.

Ação VII.II: Elaboração do PAINT

Objetivos:

Elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, que será executado no exercício de 2016.

Período de Execução:
Nos meses de setembro a outubro.

VIII – MATRIZ DE RISCO

VIII.I – Determinação do risco conforme a representatividade do valor orçamentário no programa, ação e no grupo de despesa.

Grau de risco	Referência
Muito grande	5
Grande	4
Médio	3
Pequeno	2
Muito pequeno	1

VIII.II – Matriz de risco, conforme grau de relevância, materialidade, criticidade e avaliações realizadas nos anos de 2012, 2013 e 2014.

Modalidade de licitação	Referência	Contratos administrativos	Referência	Recursos Humanos	Referência	Gestão Acadêmica	Referência
Dispensa	2	Serviços de engenharia	4	Pagamento de vantagens	4	Falta de planejamento e de controle de informações sobre a atuação dos docentes.	4
Inexigibilidade	2	Serviços continuados	4	Processos de admissão	3	SISTEC não atualizado de forma sistemática	4
Pregão	2, 3 ou 4	Fornecimento de materiais	2	Aposentadoria e pensão	3	Aproveitamento da carga horária docente para o exercício das atividades acadêmicas do Instituto	4
Tomada de preços	4						
Concorrência	4						

A avaliação de risco adotada levou em consideração o risco inerente, o risco da atividade, o quantitativo de recursos envolvidos e o histórico de eventos ocorridos. Importante sustentar o

entendimento de que o Gestor deve estabelecer processos de gerenciamento de riscos e implantar as respostas aos riscos em nome da Administração, cabendo à Auditoria Interna avaliar os processos de gerenciamento de riscos e facilitar a identificação e avaliação dos mesmos.

Salvador, 30 de outubro de 2014.

Guilherme Príncipe de Oliveira Galheigo
Coordenador da AUDIN

De acordo.

Aprovo o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna/2015, conforme disposto na IN nº001/2007.

Geovane Barbosa do Nascimento
Presidente do Conselho Superior